

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.663 - SP (2019/0009548-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : RENATO DOS SANTOS
ADVOGADO : WAGNER ALEXANDRE CORRÊA - SP154945

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que inadmitiu, com fundamento na Súmula 7/STJ, o seu Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONTINUIDADE DO LABOR. INCOMPATIBILIDADE INEXISTENTE.

- O dispositivo invocado pelo Instituto, § 8º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, visa a desestimular o trabalho em contato com agentes nocivos, não sendo o caso de sua utilização em prejuízo do demandante.

- Se para aqueles trabalhadores que se aposentaram em atividade comum não é vedada a manutenção do labor, não se mostra razoável o cancelamento do benefício aos segurados que justamente trabalharam em condições nocivas à saúde; questão atinente a desconto ademais, não suscitada pelo INSS no processo cognitivo, achando-se preclusa.

- Apelação improvida" (fl. 101e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. APOSENTADORIA ESPECIAL.

- Os incisos I e II, do artigo 1022 do Código de Processo Civil dispõem sobre a oposição de embargos de declaração se, na sentença ou no acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Destarte, impõe-se a rejeição do recurso em face da ausência de quaisquer das circunstâncias retromencionadas.

- E compatível com o exercício de atividade considerada insalubre e o recebimento da aposentadoria especial não devendo haver também o desconto dos períodos laborados em condições especiais após o termo inicial fixado para a aposentadoria especial.

- Sob os pretextos de omissão do julgado, pretende a autarquia atribuir caráter infringente aos presentes embargos declaratórios.

No entanto, o efeito modificativo almejado somente será alcançado perante as Superiores Instâncias, se cabível na espécie.

- Por fim, verifica-se que a autarquia alega a finalidade de prequestionamento da matéria, mas, ainda assim, também deve ser observado o disposto no artigo 1022 do CPC, o que, 'in casu', não ocorreu.

- Embargos de declaração rejeitados" (fl. 124e).

Sustenta a parte ora agravante, no Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contrariedade ao art. 57, § 8º, da Lei 8.213/91. Argumenta, em síntese, que:

"O v. acórdão recorrido afronta a legislação federal de regência da matéria sub judice - em especial, o artigo 57, § 8º, da Lei nº 8.213/91.

Com relação ao prequestionamento, o acórdão recorrido foi omisso, obscuro e contraditório na apreciação de todas as normas incidentes no caso, o que ensejou a oposição de embargos não só para aprimoramento da prestação jurisdicional, com o enfrentamento de todas as questões legais e constitucionais suscitadas no transcurso do processo, mas também para viabilizar o conhecimento dos recursos excepcionais oportunamente apresentados.

(...)

Relembre-se, por fundamental, que a Lei nº 9.032 acrescentou ao artigo 57 da Lei de Benefício o parágrafo 6º, que vedou aos beneficiários de aposentadoria especial a permanência no exercício da função que os exponha a atividades prejudiciais à saúde. Devemos lembrar, ainda, que em 14 de dezembro de 1998, data da publicação da Lei nº 9.732, houve o acréscimo do parágrafo 8º ao art. 57 da Lei de Benefícios que impôs a pena de cancelamento do benefício aos segurados que retornassem ao exercício de atividade especial.

Ocorre que, conforme já alegado, o embargado continuou a trabalhar nas mesmas atividades laborais que argumenta ser especial.

O recebimento de aposentadoria especial é incompatível com a continuidade do exercício de atividade sujeita a condições especiais, nos termos do artigo 57, § 8º, da Lei 8.213/91:

(...)

Como se infere da leitura dos dispositivos legais acima reproduzidos, a legislação veda o retorno ou a continuidade da atividade ou função que sujeite o segurado em gozo de aposentadoria especial aos agentes nocivos indicados na relação a que alude o artigo 58, da Lei 8.213/91.

Portanto, a prova do afastamento da atividade para a concessão do benefício deverá ser devidamente comprovada, sendo que somente

após o cumprimento de tal requisito previsto em lei é que o benefício de aposentadoria especial será devido à parte autora.

Dessa forma, o termo inicial do benefício não pode ser estabelecido até que haja o devido afastamento da parte autora da atividade sujeita ao agente agressivo (conforme CNIS).

(...)

Assim, deve ser excluído dos cálculos o tempo em que a parte autora laborou em atividade especial" (fls. 138/141e).

Por fim, "requer o recorrente seja conhecido e provido esse recurso especial, eis que demonstrados os requisitos da alínea 'a', do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal, para que reforme acórdão recorrido, de modo a fixar a da aposentadoria especial somente após o afastamento do segurado da atividade especial, ou, ao menos, permitir a compensação do período em que continuou trabalhando em atividade especial na apuração dos valores atrasados, visto que o v. creto recorrido contraria legislação federal" (fl. 141e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

Foi protocolada contraminuta a fls. 170/178e.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"A autarquia alega que o benefício de aposentadoria especial não pode ser paga enquanto o segurado continua a exercer a mesma profissão.

Contudo, não se verifica incompatibilidade entre a atividade e o benefício.

Em verdade, o dispositivo invocado pelo Instituto, § 8º do art. 57, da Lei nº 8.213/91, visa a desestimular o trabalho em contato com agentes nocivos, não sendo o caso de sua utilização em prejuízo do demandante:

(...)

Vale lembrar que a redação do acima citado artigo 46 veda o pagamento do benefício por incapacidade no caso de retorno voluntário à atividade.

Se, para aqueles trabalhadores que se aposentaram em atividade comum não é vedada a manutenção do labor, não se mostra razoável o cancelamento do benefício aos segurados que justamente trabalharam em condições nocivas à saúde.

Adoto entendimento segundo o qual, seja respeitante ao benefício por incapacidade ou ao benefício de aposentadoria especial, é razoável considerar-se que o período do exercício de labor não elide o direito

à percepção do beneplácito.

(...)

Ademais, não suscitado o tema pelo INSS no processo cognitivo, acha-se precluso, nos termos do julgamento do recurso representativo da controvérsia pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.235.513/AL), no qual restou pacificada questão no sentido de que nos embargos, à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objeto no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada.

Confira-se o julgado:

(...)

Apesar de conhecida pelo INSS, a questão não foi suscitada no processo de conhecimento, pelo quê não devem ser consideradas nesta fase processual" (fls. 97/100e).

Do exame do excerto, verifica-se que o Tribunal **a quo** concluiu que:

"Ademais, não suscitado o tema pelo INSS no processo cognitivo, acha-se precluso, nos termos do julgamento do recurso representativo da controvérsia pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.235.513/AL), no qual restou pacificada questão no sentido de que nos embargos, à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objeto no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada".

O recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto à afirmação acima demonstrada.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-los mantidos.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, o enunciado da Súmula 283/STF, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para negar provimento ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

